PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. , DE 2017

(Do Sr. Hildo Rocha)

Acrescenta § 6º ao art. 32 da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000, para determinar que a alteração do objeto de operação de crédito anteriormente autorizada pelo Poder Legislativo seja igualmente precedida de prévia e expressa autorização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, para determinar que a alteração do objeto de operação de crédito anteriormente autorizada pelo Poder Legislativo também depende de prévia e expressa autorização.

Art. 2º. O art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 32

§ 6º Ressalvada a hipótese de redução do valor financeiro, também depende da existência de prévia e expressa autorização, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica, qualquer modificação qualitativa ou quantitativa do objeto de operação de crédito anteriormente autorizada pelo Poder Legislativo”.
(NR)

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição acrescenta o § 6º ao art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em ordem a determinar que, ressalvada a hipótese de redução do valor financeiro, qualquer alteração do objeto de operação de também seja precedida de prévia e expressa autorização. Situados os termos da proposição, cuidamos de demonstrar a seguir a sua necessidade.

Para atingir sua finalidade fundamental de promover o bem comum, o Estado exerce funções para cujo custeio precisa de recursos financeiros ou receitas. É o que se chama de atividade financeira do Estado, que é o conjunto dos atos praticados na obtenção, geração, gestão e aplicação dos recursos financeiros de que necessita para atingir seus fins.

Como parte integrante dessa atividade, ingressam nos cofres públicos diferentes espécies de recursos financeiros. Uma parte pertence inteiramente ao ente que a arrecada, não havendo qualquer provisoriedade quanto à sua permanência nas mãos do Estado. Outra parte transita apenas momentaneamente pela Administração, pois chegará a hora em que será devolvida aos seus verdadeiros titulares.

Nem sempre o Estado consegue reunir, como seu, os recursos de que necessita para realizar os seus fins. Frequentemente, ele se socorre de valores de terceiros, como o meio indispensável para a prestação de serviços, para a injeção de recursos na atividade econômica ou até mesmo para a manutenção da máquina administrativa. Aqui entra em cena o **crédito público**, que é a capacidade que tem um governo de obter recursos de terceiros, **por meio de procedimentos denominados de operações de crédito**.

O conceito de operação de crédito pode ser extraído da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), cujo art. 29, III, diz trata-se do “*compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e*

serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros”.

Pois bem. Como regra, as operações de crédito dependem de prévia e expressa autorização legislativa, seja em decorrência do princípio da legalidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, seja em virtude de exigências constantes de outros dispositivos constitucionais, seja, ainda, em virtude da legislação infraconstitucional.

Nesse lineamento, diz o art. 48, II, da Carta Magna, que ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre, plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, **operações de crédito**, dívida pública e emissões de curso forçado.

Na mesma toada e quase na sequência, estabelece o art. 52, VII, a competência privativa do Senado Federal para dispor sobre limites globais e **condições para as operações de crédito** externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

Referindo-se às normas que compõem o planejamento do setor público, o § 8º do art. 165 estabelece que a lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, **não se incluindo na proibição a autorização** para abertura de créditos suplementares e **contratação de operações de crédito**, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

No campo infraconstitucional, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu no § 1º, I, do art. 32 que o ente interessado em realizar operação de crédito formalizará seu pleito perante o Ministério da Fazenda, demonstrando o atendimento de diversas condições, dentre as **quais a existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica.**

Não destoia desse acorde normativo a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos entes federados. O art. 21, I e II, da Resolução estabelece que referidos entes encaminharão ao Ministério da Fazenda os

pedidos de verificação de limites e condições para a realização das operações de crédito, com a proposta do financiamento ou empréstimo e instruídos, dentre outros documentos, com autorização legislativa para a realização da operação.

Por fim, a Lei nº 4.320, de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, se refere a expressa autorização legislativa para a realização de operações de créditos em dispositivos diversos, especialmente no art. 3º, art. 7º, II e § 3º, e art. 105, § 4º.

Sem embargo, a nossa legislação é silente sobre a eventual alteração qualitativa ou quantitativa das operações de crédito autorizadas. Tendo sido zeloso quanto à expressa e prévia existência de lei para a contratação, o ordenamento não menciona eventuais alterações qualitativas ou quantitativas em relação às operações autorizadas.

À conta disso, não são poucos os episódios de modificação do objeto, levados a efeito de modo unilateral, e mediante desconsideração dos termos da autorização recebida. Trata-se de situação que merece o necessário reparo, para que o princípio da legalidade não seja violado em relação às operações de crédito. Ademais, se esses procedimentos financeiros puderem ser efetivados de modo diverso daquele autorizado, estar-se-á enfraquecendo sobremaneira o controle reservado ao Poder Legislativo.

Com essas razões, todas elas de indiscutível estatura pública, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares a fim de ver aprovada a presente proposição.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2017.

Deputado HILDO ROCHA